

ACTA 2/2006

-- Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e seis, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Matadouro Regional de Mafra, SA - Relatório e Contas do Exercício de 2005; 3) Interesse Público de Projecto do IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos; 4) Regulamentação de Sinalização de Trânsito - Colocação de sinal de estacionamento privativo para deficiente, com a inclusão da matrícula 69-96-EZ, sito na Rua de Olivença, n.º 31, em Mafra; 5) Alienação da participação social do Município na empresa Enerflora - Produção de Energia Eléctrica, Lda; 6) Prestação de Contas do Ano Económico de 2005; 7) 3.ª Modificação aos Documentos Previsionais - Revisão. -----

-- Passavam treze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Doutor Joaquim Francisco da Silva Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- O Segundo Secretário da Mesa, Senhor Luís Ribeiro Alves, fez a respectiva chamada. -----

-- Dando início ao período antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que "foram distribuídas a acta número sete de dois mil e cinco, correspondente à sessão de vinte e oito de Dezembro do ano transacto, e a acta número um de dois mil e seis, de vinte e três de Fevereiro do corrente ano. Gostaria, ainda, de referir a presença do Senhor Sérgio Paulo Duarte Franco Henriques, secretário da Junta da Freguesia, em representação do Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Santo Isidoro, que justificou a sua ausência." Não havendo intervenções, passou-se à votação. A acta número sete de dois mil e cinco foi aprovada com duas abstenções do Partido Social Democrata. A acta número um de dois mil e seis foi aprovada por maioria com cinco abstenções, duas da CDU e três do PSD. Foi introduzido o período antes da Ordem do Dia. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo apresentou uma moção, para votação da Assembleia, e um voto de pesar, os quais se anexam a esta acta com as designações de ANEXO UM e DOIS, respectivamente. -----

-- A Senhora Leonor Coutinho referiu que "gostaria de fazer aqui algumas perguntas sobre o processo da via rápida Mafra-Ericeira. Em frente à minha casa, na serra junto ao Zambujal, na vertente Norte da via, estão actualmente em curso obras de grande vulto. Como tinha a ideia de que o traçado da variante era outro, era mais para Sul, tentei ir ver os documentos que existiam sobre o assunto, bem como o estudo de impacte ambiental desta via que é, aliás, de dois mil e três, em que estão enumeradas as vantagens e os inconvenientes destas vias e onde são analisadas duas variantes, uma variante A e uma variante B. Verifiquei que a variante A, mais a Sul, era a tal de que eu tinha ideia de que estaria aprovada, e a variante B passaria nessa zona junto ao Zambujal, na serra do Carrascal. Aliás, esta variante B é uma variante que destrói muito mais REN, cento e dez hectares de REN, e o estudo de impacte ambiental, daquilo que eu conheço, aconselha a variante A, portanto pensei que estivesse sempre a ser feita a variante A. Aquilo que eu vejo à frente da minha casa corresponde um bocado ao esventramento daquela serra e verifico que corresponde à variante B. A pergunta que eu gostaria de fazer era se foi escolhida a variante B. Quais foram as razões que levaram a isso? O que está em curso é um misto entre a variante A e a B? Porque é que não foi entretanto, desde esse estudo, adoptada a variante A? No caso de estar em curso a variante A, gostaria de saber quais são as obras que estão a provocar aquele esventramento naquela encosta." -----

-- A Senhora Olga Pires interveio, dizendo que "gostaria de mostrar a nossa posição relativamente ao vinte e cinco de Abril. Trinta e dois anos passados e tanto ainda por fazer. Tal como as comemorações do cinco de Outubro, para a grande maioria

da minha geração, apenas se prendem com os valores republicanos que conhecemos, mas sem exacerbados emocionais, já que o regime republicano está ameaçado. Compreendemos que para muitos que nasceram depois de mil, novecentos e setenta e quatro, para além de associarem esta data histórica à revolução dos cravos e a um feriado, pouco se envolvem com os valores que há trinta e dois anos estavam em causa. Ao nascerem num país livre assumem a liberdade e a democracia como um dado adquirido, não se apercebendo de como, por vezes, tão frágeis são os suportes dos comportamentos e até mesmo os dos conceitos. Sem a revolução dos cravos, o poder local era um local sem qualquer poder. A intervenção das mulheres, a existir, seria fruto de uma luta bem mais desigual do que hoje e seria também impensável qualquer intervenção formal e informal que confrontasse os valores instituídos ou contestasse medidas governamentais. Os mais convictos e audazes pagariam duramente essas ditas levandades, como é sabido. Os tempos mudam, os valores das sociedades alteram-se, o engenho tecnológico surpreende-nos a cada dia, alterando o mundo cem anos numa só década que passa, mas, como sabemos, a história serve para apreendermos experiências, entender o presente e projectar o futuro. Compete às instituições democráticas, pedagogicamente, lembrar Abril, ao qual tudo devem. Hoje, no entanto, as ameaças à liberdade individual e colectiva apresentam contornos diferentes e *marketing* adaptado a este mundo novo onde o que parece raramente é. A exploração prepotente dos mais fracos e o individualismo são, cada vez mais, o lema nesta tão competitiva «aldeia global» em que vivemos. Alguns, e não tão poucos quanto isso, continuam a sonhar e não temem evocar Abril, já que todos os valores hasteados, para nós e para cada vez mais, fazem todo o sentido. Quando dizemos vinte e cinco de Abril sempre, apenas reafirmamos a esperança num mundo mais justo nas oportunidades e fraterno nos direitos que desejamos para os nossos filhos e netos. Num país onde nunca mais se percam coisas tão simples, como por exemplo a liberdade de voto, a liberdade de expressão, de reunião, de associação, de circulação e a liberdade de se dizer não. Para finalizar, o momento é de unidade, direi apenas que aqui neste país onde o gozo da reforma para a grande maioria da população passou para uma miragem, muitos continuarão a acreditar ou a defender empenhadamente, e agora, no verdadeiro sentido da expressão, até à morte, porque não há outra hipótese, os valores de sempre para cumprir Abril. Apraz-nos muito a moção apresentada anteriormente. Uma outra questão, seria uma pergunta ao Executivo, já existe algum plano ou já está pensada alguma coisa em relação à circulação na zona da Venda do Pinheiro, na envolvência das piscinas e da Escola Básica do Primeiro Ciclo que começou a funcionar neste ano lectivo? Com a abertura da radial da Venda do Pinheiro, não sei se é assim designada pelo Executivo, daquela avenida que vai desde a Estrada Nacional até à estrada do Casal dos Ninhos, não sei se há alguma estimativa em relação aos acidentes que já ocorreram desde que foi aberta aquela via e com o aumento de tráfego em toda aquela zona envolvente, devido ao número de pessoas que utilizam as piscinas municipais e que transportam os seus filhos para a escola do primeiro ciclo e jardim de infância, está pensado algum ordenamento de trânsito, independentemente do arranjo das vias que eu sei que está previsto agora com a melhoria de tempo?" -----

-- A Senhora Cristina Loureiro disse que "gostaria de fazer o ponto de situação da nossa participação, nestes primeiros seis meses, na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do nosso Concelho e para vos dizer que foi estabelecido um plano de acção para este ano de dois mil e seis. Esse plano já começou a ser cumprido, tendo como grandes objectivos promover a co-responsabilização da comunidade local na protecção das crianças e jovens do Concelho e na promoção dos seus direitos; promover também, e ao mesmo tempo, a articulação entre organismos profissionais com competências em matéria de infância e juventude, principalmente as do nosso Concelho. Neste âmbito, já se começaram a fazer algumas acções e, em primeiro lugar, o que é que nós pretendemos fazer para dar a conhecer e divulgar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens? Pretendeu-se

primeiro estabelecer um contacto mais próximo com as escolas, porque é nas escolas que estão as nossas crianças e jovens; fazer acções de divulgação e promoção junto dos professores, educadores e auxiliares, numa primeira fase. Numa segunda fase, chegar às associações de pais e, por último, intervir junto das crianças. É obvio que esta intervenção terá que ser feita de acordo com a faixa etária e as necessidades de cada ciclo, será sempre um trabalho que nós pretendemos que seja feito com os Agrupamentos, é um trabalho de parceria. Foram marcadas algumas reuniões e algumas já decorreram, as reuniões foram marcadas com os Agrupamentos de Escolas do nosso Concelho para lhes pedirmos que colaborassem com a Comissão num determinado sentido. O sonho da Comissão era criar um grupo mediador que existisse nas escolas do nosso Concelho, que fosse capaz de mais facilmente chegar à Comissão e haver maior relacionamento entre esta e os professores. Era um sonho um bocadinho difícil de conseguir, os agrupamentos são muitos, os professores são muitos, cada agrupamento teria de disponibilizar docentes que tivessem vontade de o fazer, mas, para nosso espanto, conseguimos na última reunião vinte e quatro docentes deste Concelho que irão formar esse grupo mediador. Foi feita já também, neste âmbito, uma acção de formação que pretendeu dar a este grupo mediador maiores conhecimentos. Esta acção foi feita durante um dia inteiro, na primeira parte do dia foram dadas informações aos docentes sobre o que é esta questão dos maus-tratos e das negligências e, durante a parte da tarde, foram informações de carácter mais prático sobre o que era a Comissão, que contactos é que poderíamos ter, que tipo de intervenções poderíamos fazer, que tramites deveríamos seguir para conseguir mais rapidamente resolver os problemas das nossas crianças em situação de perigo. Foi também distribuído um *dossier* a cada um desses professores que faz parte deste grupo mediador, esses *dossiers* estão neste momento na pertença das escolas e dos Agrupamentos, é um *dossier* que contém toda a informação e a legislação que regula a protecção de crianças e jovens no nosso país, bem como a explicação sobre o que é uma Comissão de Protecção, contém ainda uma listagem de todos os números de telefone e todas as instituições que existem no nosso Concelho que podem apoiar as crianças e jovens. Eu penso que isto foi uma necessidade sentida por mim que sou professora, acho que muitos de nós nas escolas tínhamos por vezes dificuldade em saber qual o procedimento a adoptar ou encaminhar situações que nos surgem todos os dias, infelizmente. Neste momento, também foram criados três grupos de trabalho, dos quais fazem parte elementos da restrita e da alargada, esse três grupos vão fazer uma intervenção a nível das escolas dos nossos Agrupamentos. Os agrupamentos foram divididos, há um grupo que trabalhará o Agrupamento da Ericeira, outro o de Mafra e outro ainda o Agrupamento da Venda do Pinheiro e da Malveira. Estes grupos irão fazer formações aos professores desses Agrupamentos para tirarem dúvidas acerca de todos estes assuntos. As datas já foram avançadas, foram os próprios Agrupamentos que têm trabalhado connosco que lançaram essas datas, já temos agendadas as próximas reuniões onde iremos fazer essas mínimas formações com os professores que estiverem interessados. As primeiras vão decorrer já no mês de Maio, sentimos algum pesar pelo facto do Agrupamento da Ericeira ter sido o único que não aderiu da mesma forma que os outros, mostrando algum desinteresse, penso que é pena porque nos continuam a mandar, com frequência, casos de crianças para a Comissão. A Comissão de Mafra está a colaborar com as Escolas do Agrupamento da Ericeira, penso que seria de bom tom este Agrupamento nos receber e falar connosco, não devo estar enganada que os professores também terão as mesmas dúvidas que eu tinha há seis meses atrás e ainda continuo a ter, as minhas dúvidas serão as dúvidas de alguns professores, só poderiam melhorar se nos recebessem. Como somos teimosos, decidimos que vamos continuar a contactar com o Senhor Presidente do Agrupamento e a pedir-lhe que nos receba, porque é importante que os professores conversem e nós tiremos, em conjunto, as dúvidas que temos a este respeito. Está planeado também que a Comissão Restrita venha a esta Assembleia falar convosco e deixo aqui o apelo ao Senhor Presidente

da Assembleia que na próxima Assembleia Municipal seja possível que a Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra esteja presente para clarificar e falar um bocadinho sobre o seu trabalho. Por último, gostava que pensássemos um pouco sobre isto, não pensássemos que a responsabilidade é só desta Comissão, esta sozinha não consegue fazer todo o trabalho que tem a fazer. Enquanto cidadãos, temos uma responsabilidade muito grande relativamente às crianças e aos jovens do nosso Concelho. Penso que crianças mais felizes darão, com certeza, adultos mais felizes. A responsabilidade é de todos nós. Todos nós temos obrigação de olhar para o lado e de pensar que se há uma criança negligenciada com problemas, temos essa responsabilidade. Peço aos órgãos decisores que pensem e nos ajudem a tentar, cada vez mais, estarmos atentos e intervirmos no nosso Concelho." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu, dizendo que "obviamente que aceitamos o desafio de termos aqui presente a Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra, a exemplo do que aconteceu no mandato anterior, porque essa é uma forma de sensibilização, nomeadamente dos Senhores Presidentes de Junta que têm um papel interventivo também nesta matéria." -----

-- O Senhor Armando Madeira referiu que "gostaria de congratular aqui as moções apresentadas referentes ao vinte e cinco de Abril que nós, CDU, subscrevemos, e também pelo voto de pesar apresentado pelo membro do PSD, respeitante ao Presidente da Junta da Freguesia da Pena. Gostava de vos ler uma declaração da CDU em relação à situação que se vive na Junta da Freguesia de Mafra. Embora seja do conhecimento de todos nós, a CDU vem de novo recordar nesta câmara, eminentemente política, a situação já trazida por nós a esta Assembleia no dia vinte e oito de Dezembro passado que se vive na Junta e na Assembleia da Freguesia de Mafra, na sequência do tratamento, a nosso ver ilegal, a que foram sujeitos os resultados eleitorais de nove de Outubro passado. Com efeito e segundo sabemos, o Tribunal Administrativo, embora ainda não tendo tomado decisão administrativa, já oficiou o Senhor Presidente da Junta no sentido de serem remetidos a esse Tribunal os dados que justificariam a necessidade de efectivação da intitulada segunda reunião de instalação. A CDU manifesta a sua inteira disponibilidade para, com as restantes forças políticas envolvidas, proceder à análise da situação criada e à posterior tomada de medidas que salvaguardem o respeito pela ordem democrática, consubstanciada pela Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, e que possam minorar os efeitos negativos para a população da freguesia, que advêm da manutenção da actual situação. Gostaria também de dizer que não vi aqui referido na correspondência recebida a justificação da minha ausência na Assembleia de vinte e três de Fevereiro, a qual enviei cerca de três dias depois por fax." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que, relativamente à ausência do deputado na Assembleia Municipal de vinte e três de Fevereiro, esta se encontra justificada. -----

-- O Senhor José Bizarro Duarte disse que "numa altura em que os temas sociais estão na ordem do dia, numa altura em que o Senhor Presidente da República no discurso proferido aquando da comemoração do vinte e cinco de Abril propôs ao país um compromisso cívico para a inclusão social, o Grupo Municipal do PSD recebeu com extremo agrado a notícia de que iria ser implementado no Concelho de Mafra o programa Rede Social, nomeadamente através da criação do Conselho Local de Acção Social. Para o PSD, a adesão a este programa significa um passo importante para a necessária criação de uma consciência colectiva e responsável dos problemas sociais, significa também um incentivo às redes do apoio integrado no âmbito local, significa um pensamento integrado pela Acção Social, absolutamente essencial para uma correcta intervenção social, significa, igualmente, o caminho para uma resposta equitativa aos reais problemas dos municípios. É convicção do Grupo Municipal do PSD que só através deste tipo de parceria, baseada na igualdade entre agentes, em matéria social, consciencialização

de objectivos e concertação de esforços será possível ultrapassar o compromisso da inclusão social. Gostaríamos, no entanto, de saber e questionar o Executivo Municipal qual é a forma prevista para o programa Rede Social chegar às dezassete freguesias, ou seja, se está prevista a criação de estruturas de freguesias que correspondam aos objectivos do programa Rede Social? Outra questão ainda relativamente a esta matéria, é se já foi executado ou para quando a execução de um diagnóstico social do Concelho de Mafra? Na nossa opinião, esta será uma ferramenta essencial para o funcionamento do Conselho Local de Acção Social. Termino com uma pergunta relativamente a outro tema, tem a ver com a requalificação necessária e que está em curso do Parque de Santa Marta, para quando está prevista a sua abertura?" -----

-- O Senhor António Milhano interveio, dizendo que "constatamos, pela leitura dos excessivos planos de actividades do Departamento de Obras e Urbanismo, o número crescente de responsabilidades, de projectos e obras que a Câmara Municipal de Mafra tem vindo a atribuir à Pavimafra, desde o lançamento de concurso para o projecto das escolas ao investimento da Câmara em saneamento. Não é, no entanto, claro da leitura dos mencionados documentos, como é efectuada essa delegação de responsabilidades. Quando se diz que a obra foi adjudicada à Pavimafra, qual o procedimento legal que foi adoptado? Ajuste directo, concurso limitado, qual a modalidade? No caso da Pavimafra, sendo uma empresa municipal, a referida empresa encontra-se sujeita ao regime legal de aquisição de bens e serviços e de adjudicação de empreitadas, designadamente ao disposto nos Decretos-Lei número cento e noventa e sete de noventa e nove e cinquenta e nove de noventa e nove, respectivamente? Como é verificada pela Câmara Municipal de Mafra a legalidade destes procedimentos?" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu a estas perguntas, dizendo que "em relação à Auto-estrada, pensei que era um facto consumado, pensei que me ia perguntar quando é que era inaugurada, vamos voltar às questões basilares que fundamentaram o início do processo. Devo dizer que houve dois estudos de impacte ambiental, um em Fevereiro de dois mil e três e outro em Julho desse mesmo ano, o de Fevereiro era da responsabilidade da autarquia e o de Julho do IEP. Obriga a Lei deste estudo que haja uma proposta base e uma variante, portanto programa A e programa B, não houve duas variantes, houve quatro hipóteses, que tinham, segundo a Câmara e depois de confrontadas duas situações, uma única solução e é a solução que está a ser adoptada. Devo dizer que sistematicamente o IEP tentava fazer ligar a estrada duzentos e quarenta e sete ao nó do Ursal, seria o nó Poente de Mafra, não era nada disto que está a acontecer, havia um nó no Juncal, Mafra Nascente, e Mafra Poente no Ursal, sendo que o trânsito que vinha para Mafra saía no Ursal e atravessava toda a povoação do Zambujal, Quintal, Gorcinhos até chegar à Vila. Era uma conflituosidade imensa, se bem que nesse estudo se previsse um alargamento do perfil transversal da estrada municipal quinhentos e quarenta e nove, é a estrada de Mafra – Carvoeira, para nós era impensável esse tipo de estudo, até porque já temos a estação de Caminhos-de-Ferro de Mafra a quatro quilómetros da Vila e íamos ter o nó de saída de Mafra a quatro quilómetros de Mafra, mas não só por isso, mas também porque nos prevíamos que havia uma necessidade absoluta de descomprimir o trânsito da Vila, criando a CRIMA dois - a propósito, a ligação ao Sobreiro vai ser aberta ao trânsito no dia cinco de Maio, às onze da manhã. A nossa solução é coincidente com o IEP a partir do viaduto da Vidigueira, que atravessa a Fonte da Telha, havia essa proposta do IEP que vinha por Vale Verde, como está a ir, mas atravessava o Vale do Arquitecto, um vale interessante em termos de paisagem, e ia sair exactamente ao nó do Ursal. Nós não queríamos a Auto-estrada tão longe, até porque foi entendido, também pelo estudo de impacte ambiental, que o impacte era mais negativo, uma vez atravessado aquele lindo vale por ali abaixo, destruindo grande parte de paisagem natural, do que trazê-lo próximo de, até porque para nós, e isso foi decidido em termos de Câmara, não interessava tão só que a ligação à duzentos e quarenta e sete, que era um objectivo do IEP, trouxesse para Mafra

Poente, nó do Ursal, uma distância de cerca de quatro quilómetros e meio do centro da Vila. Destes quatro estudos, do A – B da Câmara e do A – B do IEP, resultou o RECAP, que é o Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução, neste projecto que está a ser executado, de acordo com as normas. Julgo que genericamente e de aquilo que tenho memória, é aquilo que posso, de momento, dizer e que corresponde àquilo que está a acontecer. Relativamente aos acessos às escolas da Venda do Pinheiro, nós fizemos aquela intervenção à Venda do Valador que era uma tentativa rápida de tentar solucionar, perspectivando algum escoamento, mas está a ser feito um estudo de tráfego no interior da Venda do Pinheiro para ver quais são as alternativas viáveis sem que haja precipitação da nossa parte de fechar ou encaminhar. Alargou-se aquele troço desde a Nacional até à escola, criou-se aquela saída à Venda do Valador. Melhorou significativamente, em termos de segurança as coisas estão garantidas, é evidente que o entroncamento destes acessos com a Estrada Nacional, que tem muito trânsito, ainda se torna complicado. Em relação à Rede Social, amanhã mesmo vai haver uma reunião onde serão definidas as linhas gerais, vai ser apresentado aos parceiros e vão ser criados novos parceiros. Posso dizer que fazem parte o Centro Social e Paroquial de São Silvestre do Gradil, as Conferências de São Vicente de Paulo, a Obra Social do Pousal, o Posto de Assistência Social da Malveira, a Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, a Guarda Nacional Republicana da Ericeira, da Malveira, os Bombeiros Voluntários de Mafra, Malveira e Ericeira, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra, o Instituto de Formação Profissional de Torres Vedras, o Centro de Saúde de Mafra, Serviço Local de Mafra – Instituto de Segurança Social, Agrupamento de Escolas de Mafra, Ericeira, Malveira e Venda do Pinheiro. Amanhã vai ser a primeira reunião alargada, de âmbito geral, para dar conhecimento. Sobre a abertura do Parque de Santa Marta, nós estávamos a apontar para o dia um de Junho, é-nos difícil manter esta data, o Parque estará pronto nessa data, só que o funcionamento dos restaurantes e dos espaços que vão ser concessionados ainda não estão todos garantidos, em termos de concurso. Não queria abrir sem este equipamento de apoio, porque é fundamental para o funcionamento do Parque. A estrutura toda estará pronta, o direito de exploração será por concurso público, ainda estamos a estudar o modelo, já tenho uma série de propostas e de itens que vão ser, eventualmente, ponderados e depois será feito o concurso, o que quer dizer que até um de Junho tenho alguma dificuldade em garantir que isso possa acontecer, no entanto estamos a fazer tudo para que isso aconteça. É nossa ideia que dentro dos concessionários sejam os próprios funcionários a fazer as suas obras, de acordo com um projecto, mediante autorização prévia do Município.” -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à votação de uma moção e de um voto de pesar apresentados pelo PSD, tendo estes sido aprovados por unanimidade. Concluído este período, passou-se ao período da Ordem do dia, sendo introduzido o primeiro ponto relativo à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. Não havendo intervenções, passou-se ao segundo ponto referente ao Matadouro Regional de Mafra, SA – Relatório e Contas do Exercício de dois mil e cinco. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra disse que “gostaria de voltar atrás porque houve uma questão que não respondi sobre a Pavimafra. Esta foi uma empresa municipal criada para resolver parte dos problemas que a Câmara tinha de administração directa, nomeadamente a contratação de pessoal, a mobilidade e a facilidade que as empresas municipais usam e que podem resultar num benefício e numa maior capacidade de resposta aos problemas que todos nós temos durante todo o ano, nas mais diversas situações. No caso da administração directa, na execução de tarefas específicas como pavimentação, construção de redes de água, redes de saneamento ou outras. São feitas anualmente, junto da Câmara, um conjunto de propostas de preços unitários para as mais variadas tarefas, preços esses que resultam de consulta no mercado, a Pavimafra também responde com as suas capacidades e com a sua proposta de preços e, de acordo com aquilo que é a

análise dos serviços, é aconselhada ou é recomendada a entrega durante o ano a que dizem respeito essas tarefas, os preços estão previamente definidos, nada é feito na Pavimafra que não seja com preços definidos. A Câmara também pode incumbir, conforme está nos estatutos, a Pavimafra de realizar parte ou algumas obras que constam do seu plano de actividades, a Pavimafra substitui-se à Câmara nos procedimentos administrativos, no cumprimento da Lei, relativamente ao tipo de consultas a fazer, no caso dos projectos agora das escolas, por exemplo. Consultou-se cinco empresas, salvo erro, todas elas responderam de acordo com o caderno de encargos e foi escolhida uma, não foi feito pela Câmara, foi feito pela Pavimafra. Esse é o tipo de tarefa a que obedece, digamos assim, este relacionamento entre a Câmara e Pavimafra. Às vezes a Pavimafra não faz empreitadas, mas pode despoletar o processo conducente à adjudicação ou à forma de trato, de acordo com aquilo que regulamenta o funcionamento das empresas municipais. O Parque de Santa Marta foi uma obra que foi posta a concurso público pela Pavimafra, aliás, como é uma obra comparticipada por fundos comunitários, houve dúvidas da parte da CCDR, prontamente esclarecidas e aceites, se de facto esta poderia participar na percentagem de cinquenta por cento no custo da obra, os juristas da CCDR e os da Câmara entenderam-se nessa matéria e disseram que podia, uma vez que é fortemente participada e é uma obra de interesse público. A Pavimafra não vai ficar dona do Parque de Santa Marta, uma vez a obra pronta é entregue à Câmara. Relativamente ao Matadouro, não tenho nada a acrescentar." -

-- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório apresentado. Prosseguiu-se com o ponto número três, relativo ao interesse público de projecto do IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "sendo nós o país da Europa que tem maior zona económica exclusiva, em termos do Oceano Atlântico, o Governo lançou, já há algum tempo, um projecto de colocação de radares ao longo da costa para controlar a passagem de navios e solicita à Câmara Municipal a declaração de interesse público. Pensamos que é uma forma um bocadinho *sui generis* de uma situação em que o interesse é nacional, como é que nós Autarquia vamos dar interesse público? É esta a forma jurídica que tem que ser encontrada, a Câmara já deu o seu parecer e agora cabe aqui à Assembleia Municipal dar também o seu." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que teve "algumas dúvidas se a Câmara devia pronunciar-se ou não sobre esta matéria. Numa primeira tentativa, aliás expliquei isso na Câmara, tentei dizer ao Senhor Presidente do IPTM que, de facto, dado que se reveste de interesse nacional, através da Administração Central, poderiam rapidamente ultrapassar a situação. Porquê a Câmara metida no processo? Exactamente para que haja desclassificação da REN, a Câmara tem que se pronunciar sobre o interesse municipal e a partir daí é despoletado um processo de desclassificação da reserva ecológica. Sendo assim, não nos custa aceitar este *forcing* sobre a matéria, uma vez que se trata verdadeiramente de interesse nacional, é a substituição dos velhos radares de presença por equipamento sofisticado. A torre em si não é um elemento estético de arquitectura e beleza interessantes, é uma torre em betão que tem trinta e seis metros de altura, não tem pás como as eólicas, é um elemento necessário." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Prosseguiu-se com o ponto número quatro referente à regulamentação de sinalização de trânsito - colocação de sinal de estacionamento privativo para deficiente, com a inclusão da matrícula sessenta e nove, noventa e seis, EZ, sito na Rua de Olivença, número trinta e um, em Maфра. Não se verificando intervenções, procedeu-se à votação, tendo esta situação sido aprovada por unanimidade. Seguidamente, foi introduzido o ponto número cinco, relativo à alienação da participação social do Município na empresa "Enerflora - Produção de Energia Eléctrica, Lda." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que "há alguns anos, houve uma

primeira montagem de torres eólicas, produção de energia alternativa no Concelho de Mafra, fomos também pioneiros nesta matéria no distrito de Lisboa, depois disso acontece com alguma anarquia, desconfigurando tudo quanto é paisagem. Só poderia haver montagem dessas estruturas, através da desclassificação de uma reserva ecológica e isso passava pelo interesse municipal, isso na altura foi negociado, no bom sentido, com a empresa Enerflora que atribuiu à Câmara um capital social de dez por cento, sendo que três mil contos custou esse capital social, da parte da Câmara, e o resto foi subscrito, foram cerca de vinte e sete mil contos entregues à Câmara para perfazer os dez por cento do capital social da participação do Município. Acontece que, passados estes anos todos, houve mais duas ou três torres, nos terrenos onde está localizado o Matadouro e por cima da estação de Mafra, e esta Enerflora foi vendida a um fundo de investimento australiano pelo montante de catorze milhões de euros, fomos desafiados para ver se queríamos alienar a este fundo de investimento australiano os nossos dez por cento, sendo que, por esses dez por cento, nos davam duzentos e oitenta mil contos. Nós estamos a receber de dividendos da Enerflora, por ano, qualquer coisa como vinte e cinco mil euros/ ano limpos porque tirado do IRC são cerca de trinta mil, mas depois dá vinte e cinco mil euros/ ano. Isto quer dizer que nós demoraríamos cinquenta e seis anos a totalizar estes duzentos e oitenta mil contos, quer dizer também que, nem sempre, é garantido que houvesse esta repartição de lucros, uma vez que passada a primeira fase do investimento há que haver manutenção, conservação, as despesas inerentes, possivelmente o valor do lucro da empresa seria mais reduzido, por outro lado tem a ver com o preço da energia, como sabem, o Governo protege este tipo de investimentos através de uma imposição legal que obriga a EDP a adquirir aos produtores de energia alternativa, para incentivar os investidores nesta área, a montantes superiores preço /kilowatt de venda no mercado normal. Já houve, ainda há bem pouco tempo, uma redução desses montantes de compra, tudo indica de que daqui por quatro, cinco anos, não sabemos ao certo, os preços estarão nivelados com aquilo que é o comércio normal, o que quer dizer que ao pagar menos pela energia produzida, essas empresas irão gerar menos rentabilidade. A oferta que nos foi feita pela Enerflora acolheu junto da Câmara a maior receptividade, mas como se trata de uma participação municipal temos que vir à Assembleia Municipal pedir autorização para alienar dez por cento do nosso capital social na empresa Enerflora, pelo montante de duzentos e oitenta mil contos." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que "nós temos na Legislação actual uma situação relativamente caricata em que não está prevista a venda de participações sociais, isto é bens imobiliários, só imóveis, mas quem pode o mais, pode o menos, se podemos autorizar a Câmara a vender bens patrimoniais imóveis, também podemos autorizar a Câmara na venda de bens patrimoniais móveis, acções ou participações sociais." -----

-- A Senhora Leonor Coutinho disse que "de acordo com os dados que nos foram dados a nível do rendimento desta participação, parece-me uma boa venda, não tenho nada a dizer a não ser concordar com aquilo que foi feito, apenas fazer uma pergunta, a Câmara tem algum acordo, ou obriga a alguma coisa por isto, ou se a venda é meramente uma venda sem qualquer obrigação por parte da Câmara em relação a esta nova empresa?" -----

-- A Senhora Olga Pires interveio, dizendo que "por uma questão de princípio, nós não concordamos com esta venda do património municipal, mesmo sendo só dez por cento, embora possa parecer aliciente. De qualquer forma, em termos de futuro, as energias alternativas terão mais sucesso nos próximos anos do que outro tipo de energia. O que eu queria perguntar era se, como não conheço a decisão da Assembleia Geral em relação aos lucros de dois mil e cinco, se os lucros de dois mil e cinco desta empresa estão contemplados neste negócio e se os valores apresentados pelo Senhor Presidente os contemplam?" -----

-- O Senhor Miguel Ângelo disse que "o grupo municipal do PSD desde a primeira hora que se associou à vontade do Executivo de, através de uma participação,

dinamizar as energias alternativas. O esforço que é feito pelo Governo, neste momento, é, de facto, enorme, está para breve a adjudicação de grandes fornecimentos de potências de energias eólicas, o concurso está aí, existem alguns entraves, mas penso que brevemente a energia eólica vai ter uma muito maior expressão no país do que tem actualmente. Todo um conjunto de factores poderão levar a que depois, até a própria concorrência e a possibilidade de acabar com o monopólio da EDP no fornecimento de energia, como já acontece para os industriais, poderá levar a revisões do preço de energia, não podemos esquecer também que, neste momento e tendo em conta a crise do petróleo, já se começa também a ponderar com mais alguma hipótese, com mais algum estudo, a questão do nuclear, sendo que, curiosamente, quando o Senhor Primeiro Ministro anuncia que vamos então desenvolver estudos mais sérios, mais rigorosos sobre a questão nuclear, as televisões fizeram questão de passar peças sobre Chernobyl, foi coincidência por certo, mas para mostrar que a energia nuclear também tem perigos. Relativamente a esta questão, nós concordamos na íntegra com a posição da Câmara de sair, aconteceu assim também no Núcleo Empresarial de Mafra, a Câmara interveio para evitar a falência e a degradação de um espaço, uma vez consolidado, arranjado e em funcionamento entregou aos particulares, pensamos que é o melhor processo." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo que "nós continuamos a ter os dois e meio por cento do volume da facturação desta empresa. Não me espanta que o Partido Comunista não nos queira deixar sair, também não nos queria deixar entrar. Não há qualquer obrigação no parassocial que nos impeça de vender directamente esta situação." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado maioria, com os votos do PSD, PS e Independentes, e dois votos contra da CDU. Prosseguiu-se com o penúltimo ponto relativo à prestação de contas do ano económico de dois mil e cinco. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "foi um ano de uma boa realização orçamental. De facto, conseguimos bater alguns recordes, foi um ano excepcional, um ano de dificuldades várias, mas também de alguma vontade e um querer, o que traduz um trabalho que tem vindo a ser feito ano após ano pela Câmara Municipal. Só nos podemos congratular com os resultados obtidos. Conseguir a realização de um orçamento da despesa em cerca de noventa por cento e na receita em cerca de cento e onze por cento é qualquer coisa de excepcional, pese embora o facto de não termos executado todas as tarefas a que fizemos proposta na Assembleia Municipal. Ainda bem que assim é porque, por um lado, nós temos uma expectativa para além daquilo que é o dia-a-dia em termos de gestão daquilo que são os assuntos correntes, das dificuldades inerentes, previmos mais do que a capacidade de realização, o que é um sinal de vitalidade. O ideal seria concretizarmos tudo o que foi feito, na certeza porém de que, quando fazemos uma intervenção em termos de proposta de actividade para qualquer ano civil, temos sempre que ter em atenção que há vicissitudes de ordem vária que, às vezes, nos impedem de concretizar objectivos e temos que ter sempre em «carteira» problemas ou dificuldades com soluções propostas para ultrapassar essas eventuais dificuldades. Em relação às escolas, havia uma série delas que tinham sido referidas como prioridade também, entendemos a dada altura que era impossível cumprir esse objectivo da forma como estávamos a propô-lo e, por isso, brevemente iremos propor uma outra solução que passa por uma empresa para construir e gerir as tais catorze escolas que ainda nos faltam a nível de Concelho. De qualquer forma, o balanço geral é positivo. Os documentos falam por si, dão-nos essa perspectiva e essa leitura naquilo que é a nossa óptica, politicamente poderá haver outras leituras, haverá sempre quem possa fazer diferente, julgo que é difícil fazer melhor." -----

-- A Senhora Leonor Coutinho disse que "as contas de dois mil e cinco, como o Senhor Presidente disse, são, de facto, extremamente folgadas, passou-se de uma receita de quarenta e quatro milhões para uma receita de sessenta e sete milhões,

são mais vinte e três milhões, é muito dinheiro, são receitas extraordinárias, aliás quando se compara com o orçamento de dois mil e seis volta depois aos quarenta e nove milhões, portanto há de facto um certo número de receitas extraordinárias bastante grandes neste orçamento, para além de uma evolução favorável das receitas correntes. No que diz respeito às receitas ordinárias, verifica-se que há um aumento de dois milhões e oitocentos mil euros, ou seja mais de vinte e cinco por cento da contribuição autárquica IMT e do IMI. Compreende-se que, num período de reestruturação do sistema de impostos sobre o património, as Câmaras tenham tido algum receio de qual é que era o resultado e tivessem optado não só por taxas, digamos altas, com medo de ter um abaixamento de receitas e, de facto, esta Autarquia optou pelas taxas máximas, zero vírgula oito por cento num caso, zero vírgula oito por cento no outro. Acontece que o aumento consolidado é de tal modo grande não só a nível de IMT, mas também de IMI, da ordem dos vinte e cinco por cento. Este é um aumento que vai continuar ao longo do tempo, a urbanização não vai diminuir, antes pelo contrário, está a aumentar. Não se compreende porque é que a Câmara de Mafra continua a penalizar tanto quem tem aqui o seu imobiliário ou trabalha aqui no imobiliário. Muitas Câmaras, mais de cem Câmaras, em todo o país diminuíram as suas taxas, muitas delas este ano, não ficando nos zero vírgula oito porque se aperceberam deste mesmo fenómeno. Será que a Câmara não reflectiu sobre esse aumento de vinte e cinco por cento e se não está a pensar, se não tem estudos, para baixar estas taxas, colocando-as mais consonantes com os Municípios aqui à volta? No que diz respeito às receitas extraordinárias, há aqui algumas parcelas bastante grandes, uma delas tem a ver com treze milhões de euros em outras receitas de capital, penso que terá a ver com a Mafratlântico. A pergunta que eu queria saber é se esta receita tem ou não como contraponto despesas futuras? Não vá acontecer aquilo que já aconteceu com despesas do Estado em que receitas extraordinárias protelam depois despesas para mais tarde. Qual é o conteúdo destes treze milhões de euros? Há também cinco milhões de euros que vêm este ano da Tratolixo, são classificados como transferências de capital e evocado o artigo décimo sexto, alínea I, da Lei das Finanças Locais para classificar esta receita que é heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor do Município. Trata-se de uma indemnização dada em função da Tratolixo, o que eu gostaria de saber é o que é que o Município vai ter que dar em contrapartida? Há aqui também outra receita extraordinária dos outros cinco milhões de euros que tem a ver com o sistema de abastecimento de águas, a pergunta que eu queria fazer é a mesma, se esta receita se vai manter? Tem algum encargo futuro para o Município? Estas receitas extraordinárias são muito boas no momento, normalmente levam a um aumento muito grande das despesas, de facto este é de vinte e cinco por cento num ano, o que é muito elevado, só que depois as receitas extraordinárias não se repetem e, portanto, há problemas que podem ou não estar associados a isto. Gostaria, igualmente, de fazer um requerimento no sentido de obter informação sobre a dívida consolidada da Câmara." Este requerimento é anexado a esta acta com a designação de ANEXO TRÊS. -----

-- O Senhor Armando Madeira referiu que "estes trinta e quatro por cento de aumento, é uma coisa que nos leva a considerar que vamos votar favoravelmente este ponto, como é evidente, como já foi dito aqui, penso que poderão haver condições para a baixa dos impostos referidos, o IMI e o IMT, com o reflexo positivo que nós pensamos que poderia ter depois na fixação de novas empresas, de casais mais jovens e que talvez pudessem, em termos absolutos, dar um aumento das receitas significativo. A baixa da taxa poderia potenciar um aumento do essencial, trazendo ao Concelho pessoas mais jovens, mais munícipes, mais empresas, mais emprego." -----

-- O Senhor Joaquim Biencard Cruz interveio, dizendo que "relativamente a este documento do contexto das contas de dois mil e cinco, gostaria de ter aqui uma posição crítica das mesmas contas e construtiva daquilo que é para o grupo Municipal do PSD a nossa opinião sobre estas. Antes de fazer qualquer balanço sobre as contas, gostaria de fazer um mínimo contexto ao que vivemos em dois mil

e cinco. Verificou-se uma crise económica e social, houve uma imposição e um controlo cada vez mais apertado aos limites de financiamento e de endividamento das autarquias e também houve um corte das transferências da Administração Central para a Administração Local que, por acaso, foi um pouco contornada porque, como também houve a abolição de dois impostos, também houve uma transferência compensatória e houve também um ano de eleições Autárquicas. Relativamente a este ponto das eleições, podemos dizer assim: «realmente foi referido, aumentou muito as receitas, como aumentaram também, relativamente à média, as despesas.» Quer dizer que, como foi o ano das Autárquicas, gastaram a mais, investiram a mais para ter mais obra feita. Acho que é a crítica que nunca se poderá fazer a este orçamento que, embora tenha havido este aumento, houve um aumento muito maior das receitas do que das despesas, isto não é consensual de todo, realmente houve mais obra, mas o que este orçamento tem e a responsabilidade que estas contas têm é porque é uma parte faseada de construção e uma parte faseada de obras, uma execução extraordinária na ordem dos cento e onze por cento, esta execução é verdadeiramente difícil de o fazer em termos autárquicos. A gestão da dívida, para mim, assume uma responsabilidade e compromissos do passado, executando, fazendo a sua amortização, de uma forma gradual. Nós olhamos para a evolução das receitas e das despesas e vemos que Mafra, mais ou menos entre o ano de dois mil e dois, dois mil e três e dois mil e quatro anda ali, na ordem das receitas, num total de quarenta e quatro milhões, quase cinquenta milhões. Este ano tivemos em receitas sessenta e sete milhões, é realmente um aumento muito substancial e temos que explicar porquê, temos que perceber o que é que está por trás deste número. Pensado na despesa, que a maior parte das outras câmaras tem um aumento muito maior do que a receita, este aumento é muito mais pequeno do que a receita, mas não deixa de ser um aumento significativo numa despesa total que também anda ali na ordem dos quarenta e cinco milhões anuais e que penso que deva ser a média para os próximos anos, aliás acho que está referido no orçamento. Relativamente à receita em si, nós podemos dizer e o Partido Socialista referiu aqui que esta receita é normal, portanto estão a cobrar impostos demais. Acho que, mais uma vez, também temos que ver aqui um pouco do contexto. Há um aumento dos impostos directos, há a abolição de dois impostos e, portanto, há a consolidação dessa receita noutros impostos que não existia, mas temos que perceber duas ordens de grandeza. Primeiro, o que é que é, em termos nacionais, a legislação, relativamente a determinados impostos. Existia uma injustiça a nível das autarquias, pessoas com imóveis muito antigos pagavam muito pouco, comparativamente com aquilo que foi falado pela CDU, com aquilo, por exemplo, que casais jovens pagavam à Autarquia, essa grande diferença é uma diferença distorcida, não era justa socialmente. Todas as pessoas que tinham imóveis antigos vão ter que começar gradualmente, dentro do seu contexto social e dentro das suas especificidades, a ter que pagar mais à Autarquia. Por outro lado, temos que ter assente que Mafra não é um Concelho que está na Beira Interior, estamos na Área Metropolitana de Lisboa e estamos com um nível de crescimento. Sabemos que, actualmente, há várias pessoas com segunda casa neste Concelho, mas também sabemos que há muita gente que não é recenseada, também não temos, em termos quantitativos, esse número de pessoas. Acho que há aqui um conjunto de coisas por trás dos impostos a que as pessoas têm que ter atenção. Sobre as receitas, gostaria ainda de referir que nós não podemos esquecer as compensações pela quebra da SISA, não podemos esquecer a alienação de créditos futuros, da antecipação da renda que se fez à Compagnie Générale des Eaux pela sua exploração e prestação da gestão do sistema de captação e tratamento da distribuição de água neste Concelho, não se pode esquecer a transferência de capital atribuído à Tratalix, a contratação de um empréstimo que foi feito das duas escolas, Jardim de Infância e Escola Básica do Primeiro Ciclo da Malveira, algo que está muito inerente na Carta Educativa, e, por fim, as rubricas de outras receitas e capital, a expropriação dos terrenos da auto-estrada pela Mafratlântico e a

compensação entregue pela empresa intermunicipal SIMTEJO. Relativamente às despesas correntes, não vejo que haja um aumento significativo daquilo que é a normalidade da situação, porque temos os investimentos normais em equipamentos municipais e prestação de serviços, aqui nesta despesa corrente é naquela em que nós encontramos a aquisição de refeições por fornecimento de estabelecimento de ensino, o material da educação, os transportes escolares, a formação de funcionários. Não me parece que haja nada de grave, há realmente um aumento do quadro do pessoal, há um aumento que se percebe devido às escolas que foram abertas, da Venda do Pinheiro e da Malveira, onde estive a Câmara Municipal para prestar um bom serviço à população, no sentido de reforçar efectivos. Também aqui acho que há uma explicação clara dentro dessa despesa. Na despesa do capital, percebemos que com a aquisição de terrenos, construção e expropriação da A vinte e um e da CRIMA houve somas avultadas de dinheiro que foram dispensadas, com a beneficiação geral da rede viária que se assistiu neste ano e, sobretudo, a rede escolar, bem como as sedes de Juntas de Freguesia do Milharado, da Encarnação e da Malveira. Acho que, em termos de receitas e de despesas, estes dois aumentos avultados são explicados por este documento. Dentro das empresas municipais, nós temos que referir dois grupos, as empresas de carácter municipal em que esta Autarquia tem poder interventivo, devido à sua participação no capital nessas e em todas as empresas que a Câmara também participa, mas a sua posição em termos de capital não é suficiente para levar a execução dos seus projectos da forma que, se calhar, mais gostaria. Então, temos estes dois exemplos: o primeiro, em que Mafra realmente tem o poder dentro dessas despesas, temos as empresas como a Pavimafra que tudo indica que vai distribuir dividendos e, portanto, em termos financeiros, é uma empresa que está saudável; temos a Mafratlântico que, segundo as previsões de todo o estudo, daria um défice este ano, mas parece que a situação está contornada; o Matadouro Municipal está à vista e já observaram os resultados e temos também a GIATUL. Neste conjunto de empresas municipais, parece-me, de uma forma geral, que Mafra tem aqui activos, com certeza que também tem passivos, mas passivos que estão a ser trabalhados e que é natural que os tenha, a favor de determinados projectos que urgem para a população, mas que estão, de uma forma controlada, e seria muito injusto dizer que algum destes projectos não estão a correr da melhor forma. Não estão a correr da melhor forma são, se calhar, aquelas empresas municipais onde a Câmara participa em conjunto com outras Câmaras Municipais, onde a nossa participação é muito pequena ao pé de alguns «Golias», em que nós para desempenhar e promovermos aquele serviço à população sozinhos não o conseguimos fazer, tínhamos que fazer com outras Câmaras e temos os dois exemplos da Simtejo e da Tratulixo, que não estão a ser geridos da melhor forma como seria desejado. Por fim, gostaria só de dizer que, de um conjunto de coisas que vejo, podendo haver aqui uma questão ou outra mais polémica, podendo ir até um carácter mais minucioso, mas, de uma forma geral, todas estas contas me dão conforto. Parece-me que a Autarquia de Mafra ainda tem a possibilidade, à vontade, de poder «bater à porta» da banca nacional. A Direcção Geral das Autarquias Locais enviou um comunicado à Câmara Municipal de Mafra em que é referido que a Autarquia se tem portado muito bem, relativamente ao endividamento municipal em dois mil e seis, e que, relativamente ao rateio das amortizações para o recurso a crédito, o Estado permite que a Câmara tenha acesso a mais de um milhão de euros. A Câmara Municipal de Mafra em autorização estatal, independentemente do que se ouve nos jornais, em termos daquilo que tem que ser o rigor das contas, desenvolvendo este conjunto tão grande de projectos, ainda se pode endividar um pouco mais, o que penso que não é, de todo, regra geral neste país. O Grupo de Deputados Municipais do Partido Social Democrata vai votar, confortavelmente, as contas de dois mil e cinco deste Executivo. Não posso, seria injusto que não o fizesse, deixar de manifestar um apreço a todo o Executivo Camarário, aos Senhores Ex-Vereadores que também tiveram aqui um grande contributo neste orçamento e na execução deste

orçamento de dois mil e cinco e um especial apreço ao Senhor Vice-Presidente pela forma extraordinária como tem gerido todo o processo financeiro da Câmara Municipal de Mafra." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que "o IMT não depende da Câmara, a SISA é do Estado, eu não posso baixar o IMT a não ser que a Assembleia da República o determine. O IMI, a contribuição autárquica, é definido pela Câmara. A diferença de que estamos a falar para os concelhos limítrofes é de zero vírgula um por cento, a Câmara tem zero vírgula oito, sempre utilizou as taxas máximas. Ninguém nos sabia dizer convenientemente qual era a receita proveniente das alterações que foram feitas em sede própria, relativamente a estes dois impostos e, a propósito disso, refiro que, no tempo da Ministra Manuela Ferreira Leite, nós tivemos uma compensação de um milhão e duzentos e cinquenta mil euros, o próprio Estado não sabia exactamente qual era o resultado daquelas alterações, em termos dos impostos. Não tenho competência nenhuma, nem nós nem a Assembleia Municipal para alterar o IMT, devo-vos dizer que este até é um sinal de vitalidade, é um sinal de crescimento, é um sinal de negócio. Julgo que se ele acontece e tem acontecido de há alguns anos a esta parte, é porque as coisas são bem-vindas, as pessoas gostam de estar, gostam de investir, há condições para investimento, assim estivessem todos os municípios e as questões não seriam tão difíceis como nós temos conhecimento. Nós estamos confiantes que estamos a fazer uma boa gestão. Em relação à dívida a médio e longo prazo, perfeitamente consolidada através dos empréstimos que a Câmara foi fazendo ao longo dos anos, são de doze milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos euros e cinco cêntimos. Temos também dívidas a curto prazo, quatro milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e sessenta e um euros à Pavimafra e a outros fornecedores, aqueles pagamentos a sessenta dias, seiscentos e dezassete mil, trezentos e vinte e quatro euros, isto é, o total desta dívida, não estou a falar nas empresas municipais, uma vez que elas têm a sua capacidade própria de gestão, de gerar riqueza para amortizar os próprios investimentos que fizeram ou que estão a fazer, totaliza dezassete milhões, quatrocentos e noventa e oito mil. Devo também referir que transita para o ano de dois mil e seis um saldo de doze milhões e oitocentos mil euros, se nós quiséssemos agora liquidar estes doze milhões, duzentos e setenta e dois mil euros, que são dois milhões e quinhentos mil contos, tínhamos dinheiro para, através do saldo que transita de dois mil e cinco para dois mil e seis, anular perfeitamente esta dívida. Todos os partidos da oposição lutam muito com as dívidas, alguns com muita razão porque as Câmaras estão completamente «viradas do avesso» por razões várias. Mesmo em ano de eleições, tem sido política da Câmara, desde que eu estou à sua frente, que não há ano de eleições, há ano de investimento e este tem que ser crescente. A qualidade de um Município num ano tem que ser obrigatoriamente superior à do ano anterior, esta tem sido a lógica em todas as áreas de intervenção. É evidente que era simpático chegar aqui e fazer uma proposta, em termos de Câmara, então agora a taxa do IMI passa a zero vírgula sete, iguais a Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Loures. Vão ver e comparar o que se faz nesses Municípios. É questão de comparar também o benefício que se retira do pedido que se faz ou se solicita aos contribuintes, zero vírgula um por cento, não estamos a falar de nada do outro mundo, com este número procura-se dizer que Mafra tem a água mais cara. O Governo já veio dizer, ainda há bem pouco tempo, que a água tem que subir, o preço da água tem que subir, quem é que estava certo? Fomos nós que tivemos a coragem e arcámos com essa responsabilidade de cobrar dinheiro pela venda da água, cobrar dinheiro que resulta de projectos de investimento para benefício comunitário, não abdicámos disso." -----

-- A Senhora Leonor Coutinho acrescentou que "penso que não me fiz entender, a nível das dívidas e já agora gostaria de uma resposta certa. A Câmara tem um endividamento de dívidas directas da Câmara, falou do consolidado deve ser as de longo prazo e depois tem as de curto prazo, mas aquilo que eu perguntei foi a dívida consolidada com as empresas municipais que, como sabe, é obrigatório por

Lei." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que "quando for entregue o requerimento, farei seguir o respectivo encaminhamento." -----

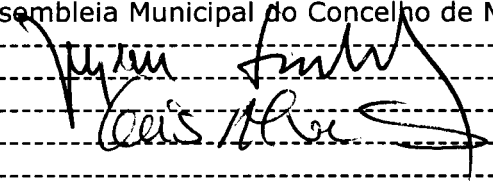
-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por maioria, com os votos do PSD, CDU e Independentes, e a abstenção do Partido Socialista com seis votos. Concluído o ponto número seis, prosseguiu-se com o ponto número sete relativo à terceira modificação aos Documentos Previsionais – Revisão. Foi solicitada à Assembleia para que a acta fosse aprovada em minuta, tendo esta situação sido aprovada. -----

-- O Senhor Vice-Presidente disse que "este ponto prende-se com uma simples introdução do saldo apurado. Aquilo que se propõe é uma revisão tendente a colocar os tais doze milhões e oitocentos mil euros que foram aqui focados. As tais receitas indicadas como extraordinárias, que não foram utilizadas para nada, vão ser utilizadas para investimento e esse investimento está bem reflectido nos documentos que foram distribuídos, nomeadamente na parte daquilo que diz respeito ao activo criado pela rede viária com o objectivo de adquirir os terrenos para execução da via municipal ou da auto-estrada A vinte e um, como queiram chamar. Tendo em conta este facto, cerca de sete milhões de euros que estão aqui a ser imputados a este valor de expropriações. Depois, os restantes são rubricas que, entretanto, foram sofrendo modificações ao longo deste período, voltámos a colocar essas verbas para reforçar essas rubricas, tal como tinha sido apresentado inicialmente aquando desta análise deste documento na altura da proposta do orçamento para o ano de dois mil e seis. O valor global está exactamente apurado naquilo que é a transferência real do saldo, no reforço de cada uma das rubricas que aparecem espelhadas no documento, acabando por dar o conforto para as realizações que foram propostas, aquando da apresentação deste documento." -----

-- Não se verificando mais intervenções, procedeu-se com a votação, tendo este ponto sido aprovado por maioria, com os votos do PSD e Independentes, e oito abstenções, seis do Partido Socialista e duas da CDU. Concluídos os trabalhos e não havendo intervenções do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por finalizada a sessão quando passavam quatro minutos das vinte e três horas do dia vinte e sete de Abril de dois mil e seis. -----

-- Verificada a lista de presenças houve registo das seguintes ausências nesta sessão: Daniel Marchante; Frederico Pedrosa; Vítor Rodrigues e Hélder Ramos, fazendo-se este último representar pelo Senhor Sérgio Henriques. Foi apresentado o pedido de justificação de falta do seguinte membro: Paulo Ricardo. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----


Luís Alves



GRUPO MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

Aprovado em
unanimidade
28/04/06
W
b

MOÇÃO

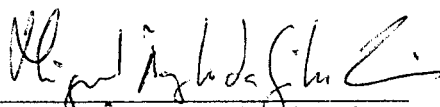
O Grupo Municipal do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Mafra, submete à votação da Digníssima Assembleia a seguinte moção:

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida em sessão ordinária no dia 27 de Abril de 2006, assinala e saúda:

1. O 32º Aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, pelos ideais de liberdade, democracia e desenvolvimento que esta data representa para a sociedade portuguesa;
2. O 30º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, texto fundamental e marco da Nossa democracia;
3. O Dia Internacional do Trabalhador, 1º de Maio, que recorda a luta dos operários de Chicago de 1 de Maio de 1886 por uma jornada de trabalho de oito horas e por melhores salários.

Assembleia Municipal de Mafra, 27 de Abril de 2006

O Coordenador
Do Grupo Municipal do PPD/PSD


(Miguel Ângelo da Silva Correia)

ANEXO U17



GRUPO MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

Aprovado por
Unanimidade
27/04/66
✓
b

O desempenho de funções autárquicas reveste-se de nobreza pelo serviço em prol da causa pública e das populações que nos elegeram, em suma, pelo trabalho na procura do bem-estar da comunidade onde nos inserimos.

Ao aceitarmos estas funções, estamos conscientes que é uma tarefa de grande rigor e exigência mas fascinante. Permite-nos participar no desenvolvimento da nossa terra, no sentir de forma intensa os anseios e o "palpitar" da vida dos nossos concidadãos.

Como autarcas, devemos-nos adaptar às adversidades inerentes ao desempenho de funções mas barbáries como a que ocorreu no passado dia 20 na Junta de Freguesia da Pena, em Lisboa, são sempre dolorosas de superar ou compreender.

Armando Silva, Presidente da Junta de Freguesia da Pena, foi vilmente agredido no desempenho das funções para as quais tinha sido sufragado, em Outubro último, pelos seus concidadãos.

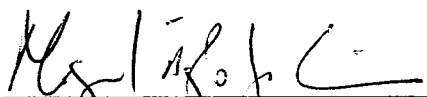
Ao condenarmos este infame acto que pôs termo, de forma abrupta, ao principal direito do Armando Silva, o Direito à Vida, importa relembrar que foi com o intuito de melhorar a vida dos seus concidadãos que este homem foi autarca.

Perante estas considerações o Grupo Municipal do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Mafra, submete à votação da Digníssima Assembleia o seguinte voto:

Em memória de Armando Silva, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida em plenário a 27/04/2006, apresenta à Sua Família, aos autarcas e funcionários da Freguesia da Pena, aos autarcas do Município de Lisboa, as sentidas condolências e expressa o pesar dos autarcas do Concelho de Mafra neste momento de dor.

Assembleia Municipal de Mafra, 27 de Abril de 2006

O Coordenador
Do Grupo Municipal do PPD/PSD


(Miguel Ângelo da Silva Correia)

ANEXO DOIS

Ofício nº
ao Sr. Presidente da
Câmara Municipal
de Mafra
24/04/06

Ao Senhor Presidente da Câmara
Municipal de Mafra

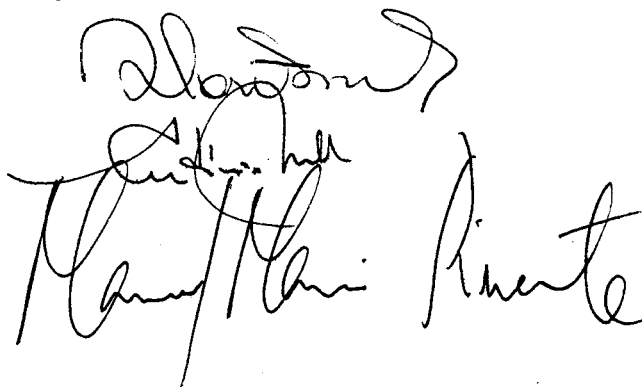
REQUERIMENTO

Em 24/04/2006

Apresentado pelos Deputados Municipais

Os deputados municipais, abaixo indicados que assinam este requerimento solicitam informação sobre o endividamento de todas as empresas em que a Câmara Municipal tenha participação, assim como, informação sobre a dívida consolidada da Câmara em 31 de Dezembro 2005.

Os Deputados



ANEXO TRÊS